

A DESVALORIZAÇÃO DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

THE DEVALUATION OF THE PEDAGOGUE IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: IMPACTS OF PUBLIC POLICIES AND WORKING CONDITIONS

LA DESVALORIZACIÓN DEL PEDAGOGO EN LA EDUCACIÓN INFANTIL: IMPACTOS DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS Y DE LAS CONDICIONES DE TRABAJO

Ozana da Silva Fernandes Neves¹

RESUMO: Este artigo buscou analisar a desvalorização do pedagogo na Educação Infantil, considerando os impactos das políticas públicas e das condições de trabalho sobre a identidade e a atuação profissional. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo revisão bibliográfica, que se fundamentou na análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais relacionados à formação docente, à carreira do pedagogo e às políticas educacionais brasileiras. Os materiais selecionados foram examinados por meio de leitura exploratória, analítica e interpretativa, possibilitando a identificação de categorias como remuneração, reconhecimento social, formação profissional e condições de trabalho. Os resultados evidenciam que a desvalorização do pedagogo na Educação Infantil é um fenômeno historicamente construído, associado à fragilidade da formação docente, à ampliação das atribuições profissionais sem a correspondente valorização material e simbólica, à precarização das condições de trabalho e à insuficiência das políticas públicas de valorização. Conclui-se que, embora existam avanços legais e normativos, estes não se concretizam plenamente no cotidiano escolar, tornando necessária a implementação de políticas públicas efetivas que assegurem formação de qualidade, salários dignos, planos de carreira estruturados e condições adequadas de trabalho, reconhecendo o papel central do pedagogo no desenvolvimento integral das crianças.

Palavras-chave: Desvalorização docente. Educação Infantil. Pedagogo.

ABSTRACT: This is a qualitative study, characterized as a bibliographic review, based on the analysis of books, scientific articles, dissertations, theses, and official documents related to teacher education, the pedagogue's career, and Brazilian educational policies. The selected materials were examined through exploratory, analytical, and interpretative reading, allowing the identification of categories such as remuneration, social recognition, professional training, and working conditions. The results show that the devaluation of the pedagogue in Early Childhood Education is a historically constructed phenomenon, associated with the fragility of teacher education, the expansion of professional responsibilities without corresponding material and symbolic recognition, the precarization of working conditions, and the insufficiency of public policies for professional valorization. It is concluded that, although there are legal and normative advances, these are not fully implemented in everyday school practice, making it necessary to implement effective public policies that ensure quality education, fair wages, structured career plans, and adequate working conditions, recognizing the central role of the pedagogue in children's integral development.

Keywords: Teacher devaluation. Early Childhood Education. Pedagogue.

¹ Licenciatura em Pedagogia, professora de educação infantil (Município de Palmeiras de Goiás- GO), Centro Universitário Alfredo Nasser

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo analizar la desvalorización del pedagogo en la Educación Infantil, considerando los impactos de las políticas públicas y de las condiciones de trabajo sobre la identidad y el desempeño profesional. Se trata de una investigación de naturaleza cualitativa, de tipo revisión bibliográfica, fundamentada en el análisis de libros, artículos científicos, dissertaciones, tesis y documentos oficiales relacionados con la formación docente, la carrera del pedagogo y las políticas educativas brasileñas. Los materiales seleccionados fueron examinados mediante lectura exploratoria, analítica e interpretativa, lo que permitió la identificación de categorías como remuneración, reconocimiento social, formación profesional y condiciones de trabajo. Los resultados evidencian que la desvalorización del pedagogo en la Educación Infantil es un fenómeno históricamente construido, asociado a la fragilidad de la formación docente, a la ampliación de las atribuciones profesionales sin la correspondiente valorización material y simbólica, a la precarización de las condiciones de trabajo y a la insuficiencia de las políticas públicas de valorización. Se concluye que, aunque existen avances legales y normativos, estos no se concretan plenamente en la práctica escolar cotidiana, lo que hace necesaria la implementación de políticas públicas efectivas que garanticen una formación de calidad, salarios dignos, planes de carrera estructurados y condiciones adecuadas de trabajo, reconociendo el papel central del pedagogo en el desarrollo integral de los niños.

Palabras clave: Desvalorización docente. Educación Infantil. Pedagogo.

INTRODUÇÃO

A valorização da carreira docente tem sido, historicamente, um dos principais desafios enfrentados pelos sistemas educacionais brasileiros. Apesar do reconhecimento discursivo acerca da centralidade da educação para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país, a profissão docente permanece marcada por processos contínuos de desvalorização material e simbólica. Tal cenário se expressa de maneira ainda mais acentuada na Educação Infantil, etapa basilar da Educação Básica, responsável por promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, cognitivos, emocionais, sociais e culturais. Embora seja amplamente reconhecida como a base da formação humana, a Educação Infantil ainda ocupa um lugar periférico nas políticas públicas educacionais, refletindo-se diretamente nas condições de trabalho e na valorização dos profissionais que nela atuam.

A desvalorização do magistério não se constitui como um fenômeno recente, tampouco isolado. Trata-se de um processo histórico que acompanha a própria constituição da educação escolar no Brasil, marcado por contradições entre o discurso de valorização e as práticas efetivas de reconhecimento profissional. Conforme apontam Lucyk e Graupmann (2015), o trabalho docente vem sendo progressivamente desvalorizado em função de políticas públicas que não asseguram condições dignas de exercício profissional, tampouco garantem reconhecimento social e econômico compatível com a relevância da função desempenhada pelos professores. Essa realidade evidencia um paradoxo estrutural: ao mesmo tempo em que a educação é proclamada como eixo estratégico para o desenvolvimento nacional, seus profissionais são submetidos a contextos de precarização e instabilidade.

No âmbito das últimas décadas, as transformações sociais, econômicas e políticas têm imposto novas exigências ao trabalho docente, ampliando significativamente as responsabilidades atribuídas aos professores. Além de suas funções pedagógicas, os docentes passaram a assumir tarefas administrativas, burocráticas e de gestão, muitas vezes sem a devida formação ou suporte institucional. Souza (2011) destaca que fatores como baixos salários, excesso de alunos por sala, sobrecarga de atividades, pressão por resultados e avaliações externas, além do desgaste físico e emocional, comprometem não apenas a qualidade do ensino, mas também a saúde mental e o bem-estar dos profissionais da educação. Tais condições contribuem para o adoecimento docente, o desestímulo à permanência na carreira e o enfraquecimento da identidade profissional.

A precarização das condições de trabalho docente incide diretamente sobre a qualidade da educação ofertada, uma vez que o processo educativo está intrinsecamente relacionado às condições em que o trabalho pedagógico é desenvolvido. Professores submetidos a jornadas extenuantes, remuneração insuficiente e ausência de reconhecimento social tendem a enfrentar dificuldades para planejar, executar e avaliar práticas pedagógicas significativas. Nesse sentido, a desvalorização docente não se limita a um problema individual ou corporativo, mas configura-se como uma questão estrutural, com implicações diretas para o direito à educação de qualidade.

Quando se analisa especificamente a Educação Infantil, os impactos da desvalorização docente tornam-se ainda mais evidentes. Historicamente associada a práticas assistencialistas e ao cuidado, essa etapa da educação básica enfrentou, por longo período, a invisibilidade pedagógica e o desprestígio institucional. Embora avanços legais e normativos tenham reconhecido a Educação Infantil como direito da criança e dever do Estado, os profissionais que atuam nesse segmento continuam a enfrentar condições adversas de trabalho, especialmente no que se refere à valorização salarial e ao reconhecimento profissional. Barbosa (2014) ressalta que a remuneração dos pedagogos, sobretudo no início da carreira, permanece significativamente inferior à de outras profissões que exigem o mesmo nível de escolaridade, o que evidencia uma desigualdade estrutural no campo educacional.

Essa desvalorização salarial não apenas desestimula a entrada e a permanência de profissionais qualificados na Educação Infantil, como também reforça estigmas históricos associados à docência nessa etapa, frequentemente percebida como extensão do cuidado doméstico ou maternal. Tal concepção contribui para a naturalização de baixos salários e para a precarização das condições de trabalho, desconsiderando a complexidade e a especificidade das práticas pedagógicas desenvolvidas com crianças pequenas. Nesse contexto, a identidade

profissional do pedagogo da Educação Infantil é constantemente tensionada entre as exigências formativas, pedagógicas e afetivas do trabalho e a ausência de reconhecimento institucional e social.

Embora grande parte dos investimentos educacionais seja direcionada à folha de pagamento, conforme apontado por Barbosa (2014), os recursos destinados à valorização efetiva dos professores mostram-se insuficientes quando comparados às demandas da profissão. A disparidade salarial em relação a outras áreas de formação superior evidencia uma lógica de desvalorização estrutural, que impacta diretamente a atratividade da carreira docente e a qualidade da educação ofertada. Além disso, a insuficiência de políticas públicas voltadas à formação continuada e ao desenvolvimento profissional reforça a sensação de abandono e desamparo vivenciada por muitos docentes.

As políticas públicas educacionais implementadas nas últimas décadas, embora tenham promovido avanços no acesso e na universalização da Educação Infantil, nem sempre contemplaram de forma efetiva a valorização dos profissionais que atuam nesse nível de ensino. A ausência de planos de carreira consistentes, a fragilidade das políticas salariais e a descontinuidade de programas de formação continuada configuram-se como obstáculos à consolidação de uma prática pedagógica qualificada e socialmente reconhecida. Lucyk e Graupmann (2015) destacam que a insuficiência de políticas voltadas à valorização docente contribui para o baixo status social da profissão e para o enfraquecimento da identidade profissional.

Nesse cenário, torna-se imprescindível compreender a desvalorização do pedagogo na Educação Infantil não apenas como resultado de fatores econômicos, mas como expressão de um conjunto de determinações históricas, sociais e políticas que moldam o campo educacional brasileiro. A análise dessa problemática exige uma abordagem crítica que considere as transformações nas políticas educacionais, as mudanças nas relações de trabalho e as concepções de infância e educação que orientam as práticas pedagógicas. Ao problematizar as causas e as consequências da desvalorização docente, torna-se possível refletir sobre alternativas que promovam maior justiça social, reconhecimento profissional e qualidade educacional.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar a desvalorização do pedagogo na Educação Infantil, considerando os impactos das políticas públicas e das condições de trabalho sobre a identidade e a atuação profissional. Busca-se discutir a situação atual desses profissionais à luz do contexto histórico da educação brasileira, das transformações sociais contemporâneas e das tendências pedagógicas que permeiam a Educação Infantil. Ao abordar

essa temática, pretende-se contribuir para o debate acadêmico e político acerca da valorização docente, evidenciando a necessidade de investimentos estruturais que assegurem condições dignas de trabalho, remuneração adequada e formação continuada de qualidade.

Justifica-se a relevância deste estudo pela urgência de ampliar a compreensão sobre a realidade vivenciada pelos pedagogos da Educação Infantil, reconhecendo-os como sujeitos fundamentais no processo educativo e na promoção do desenvolvimento integral das crianças. Ao trazer à tona as múltiplas dimensões da desvalorização docente, este trabalho busca fomentar reflexões que subsidiem a formulação de políticas públicas mais equitativas e comprometidas com a valorização profissional. Nesse sentido, discutir a desvalorização do pedagogo na Educação Infantil é também discutir o projeto de sociedade que se deseja construir, fundamentado nos princípios da justiça social, da equidade e do direito à educação de qualidade para todos.

MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo revisão bibliográfica, cujo objetivo é analisar a desvalorização do pedagogo na Educação Infantil, com ênfase nos impactos das políticas públicas e das condições de trabalho. A revisão bibliográfica mostrou-se adequada por possibilitar a sistematização e a análise crítica de produções científicas já consolidadas sobre o tema, contribuindo para a compreensão do fenômeno investigado a partir de diferentes perspectivas teóricas.

As fontes de dados utilizadas consistiram em livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais relacionados à educação e à carreira docente, com destaque para estudos que abordam a desvalorização profissional, as condições de trabalho docente, a remuneração e as políticas públicas educacionais. As buscas foram realizadas em bases de dados acadêmicas e repositórios científicos, além de obras de referência na área da educação, priorizando autores reconhecidos e publicações relevantes para o campo.

A população teórica do estudo compreende produções científicas que tratam da atuação do pedagogo, especialmente na Educação Infantil, no contexto da educação brasileira. A amostragem foi definida de forma intencional, selecionando-se materiais que apresentassem relação direta com o objeto de estudo e que contribuíssem para a análise da problemática proposta. Como critérios de inclusão, consideraram-se publicações que discutem a desvalorização docente, as políticas públicas educacionais e as condições de trabalho do

pedagogo; como critérios de exclusão, foram descartados textos que não apresentavam relação direta com o tema ou que se afastavam do recorte proposto.

Os procedimentos analíticos consistiram na leitura exploratória, analítica e interpretativa dos materiais selecionados, permitindo a identificação de categorias temáticas relacionadas à desvalorização do pedagogo, tais como remuneração, reconhecimento social, políticas públicas e condições de trabalho. A partir dessa análise, buscou-se estabelecer relações entre os diferentes estudos, evidenciando convergências, divergências e lacunas no conhecimento existente.

Por tratar-se de uma revisão bibliográfica, não houve pesquisa direta com seres humanos ou animais, dispensando, portanto, a submissão do estudo a um Comitê de Ética em Pesquisa. Ressalta-se que todas as fontes utilizadas foram devidamente referenciadas, respeitando-se os princípios éticos da pesquisa científica e os direitos autorais dos autores consultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos e documentos selecionados para esta revisão bibliográfica evidencia que a desvalorização do pedagogo na Educação Infantil é um fenômeno historicamente construído, profundamente relacionado ao modo como se estruturaram as políticas públicas educacionais, a formação docente e as condições de trabalho ao longo do desenvolvimento da educação brasileira. Os resultados obtidos permitem compreender que tal desvalorização não se restringe apenas à dimensão salarial, mas envolve aspectos simbólicos, sociais, políticos e institucionais que atravessam a identidade profissional do pedagogo.

Do ponto de vista histórico, constata-se que a formação de professores no Brasil sempre esteve marcada por ambiguidades e descontinuidades. Conforme Saviani (2009), desde o período pós-independência, a educação passou a integrar as preocupações do Estado, porém a preparação dos educadores priorizava aspectos técnicos e conteudistas, sem uma preocupação efetiva com a dimensão pedagógica. A Lei das Escolas de Primeiras Letras, de 1827, apesar de exigir uma preparação didática, não consolidou uma formação pedagógica sistematizada, o que contribuiu para uma visão instrumental do trabalho docente.

A criação das Escolas Normais, em 1935, representou um avanço importante na institucionalização da formação de professores para o ensino primário (FURLAN, 2013). No entanto, os resultados da literatura indicam que essas instituições mantiveram uma lógica de ensino voltada predominantemente para a transmissão de conteúdos, negligenciando a reflexão crítica sobre os métodos pedagógicos e a prática docente. Essa limitação gerou questionamentos

e reformulações, mas não foi suficiente para romper com a fragilidade histórica da formação do professor, aspecto que ainda hoje impacta a valorização social do pedagogo.

Os movimentos de reforma ocorridos em meados do século XX, conforme apontado por Saviani (2009), reforçaram a ideia de que a qualidade da educação depende diretamente da qualidade da formação docente. A criação das escolas-modelo e, posteriormente, dos Institutos de Educação, buscou suprir lacunas da formação pedagógica, incorporando exercícios práticos e pesquisas educacionais. Todavia, mesmo com esses avanços, observa-se que a valorização profissional não acompanhou, na mesma proporção, as exigências e responsabilidades atribuídas ao pedagogo.

Os dados analisados mostram que a elevação da formação docente ao nível superior, a partir da década de 1930, constituiu um marco significativo para a profissão. A incorporação dos Institutos de Educação às universidades e a criação da Faculdade Nacional de Filosofia, com o conhecido “esquema 3+1”, ampliaram o acesso ao ensino superior para os futuros professores (FURLAN, 2013). Entretanto, esse modelo reforçou a fragmentação entre teoria e prática, ao priorizar conteúdos específicos em detrimento de uma formação pedagógica integrada, perpetuando uma visão tecnicista do trabalho docente.

A extinção das Escolas Normais durante o regime militar e a criação da habilitação para o magistério no antigo segundo grau evidenciam outro resultado relevante desta revisão: a formação de professores foi, em diversos momentos históricos, aligeirada e precarizada para atender às demandas imediatas do sistema educacional (SAVIANI, 2009). Essa simplificação da formação contribuiu para a desqualificação simbólica da profissão, reforçando a ideia de que o magistério exige menor preparo intelectual, o que impacta diretamente a valorização social e salarial do pedagogo.

Com a promulgação da Lei nº 5.692/71, o curso de Pedagogia passou a formar não apenas professores, mas também especialistas em educação, ampliando o campo de atuação do pedagogo (FURLAN, 2013). Apesar dessa ampliação, os resultados indicam que a indefinição do perfil profissional e a fragmentação da formação contribuíram para uma crise de identidade da Pedagogia, dificultando o reconhecimento social e profissional desses trabalhadores. Silva (2004) aponta que essa formação especializada provocou uma visão desintegradora do trabalho pedagógico, enfraquecendo a unidade da profissão.

Os movimentos da década de 1980, protagonizados por professores e estudantes, representaram um esforço coletivo para redefinir a identidade do pedagogo e reformular os cursos de Pedagogia e Licenciatura (SAVIANI, 2009). As críticas à obsolescência curricular e à

excessiva carga de conteúdos teóricos desvinculados da prática revelam que a desvalorização profissional também está associada a uma formação que não dialoga com as reais demandas do trabalho pedagógico. Conforme Furlan (2013), a insatisfação com o currículo evidenciava a dificuldade de inserção dos egressos no mercado de trabalho, reforçando a precarização da carreira.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) representou um novo marco legal para a formação docente, ao propor maior flexibilidade curricular e ampliar a carga horária do curso de Pedagogia. Entretanto, os resultados da literatura demonstram que essas mudanças não foram suficientes para promover a valorização efetiva do pedagogo. Oliveira (2007) destaca que as conquistas da LDB tiveram efeitos limitados, em razão da ausência de condições objetivas para sua plena implementação, como financiamento adequado, planos de carreira e salários dignos.

Somente com a Resolução CNE nº 01/2006 foram explicitadas as diretrizes que consolidaram a docência como base da formação do pedagogo, definindo sua atuação na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e em espaços escolares e não escolares (BRASIL, 2006). Os resultados indicam que, embora essa definição tenha contribuído para fortalecer a identidade profissional do pedagogo, ela também ampliou significativamente suas atribuições, sem a correspondente valorização das condições de trabalho.

A análise das Diretrizes Curriculares revela que o pedagogo passou a ser concebido como um profissional multifuncional, apto a atuar na docência, na gestão, na coordenação pedagógica e na produção de conhecimento científico. Conforme Libâneo (2010), a pedagogia é um campo de conhecimento que investiga as práticas educativas em constante transformação, exigindo do profissional uma formação ampla e contextualizada. Contudo, essa ampliação do campo de atuação não se refletiu em reconhecimento social e salarial, intensificando o processo de precarização do trabalho pedagógico.

Os resultados também evidenciam que as políticas públicas de valorização docente não têm sido efetivas na garantia de direitos básicos, como salário digno, carreira estruturada e condições adequadas de trabalho. A Lei do Piso Salarial Nacional (Lei nº 11.738/2008), embora represente uma conquista legal, não é plenamente cumprida em muitos municípios, sobretudo no que se refere à garantia de um terço da jornada para atividades extraclasse (MARTINS, 2013). Essa realidade reforça a desvalorização material do pedagogo, especialmente na Educação Infantil, etapa que historicamente recebe menor investimento.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) revelam que professores dos anos iniciais da Educação Básica recebem, em média, salários significativamente inferiores aos dos docentes do Ensino Médio. Esse dado confirma que a desvalorização salarial atinge de forma mais intensa os pedagogos que atuam na Educação Infantil, evidenciando uma hierarquização interna da docência, na qual o trabalho com crianças pequenas é socialmente menos reconhecido.

A discussão dos resultados à luz das contribuições de Harvey (2013) permite compreender que a precarização do trabalho docente está inserida em um contexto mais amplo de reestruturação do capitalismo, no qual as políticas de austeridade e a redução dos investimentos sociais impactam diretamente as políticas educacionais. O discurso de responsabilização individual do professor, associado à meritocracia e à avaliação de desempenho, tende a deslocar a atenção das condições estruturais de trabalho, reforçando a lógica da desvalorização.

No campo das políticas educacionais, observa-se que a valorização do pedagogo constitui um espaço permanente de disputas. Conforme Frigotto (2009), as políticas educacionais são dinâmicas e refletem os interesses e correlações de força entre diferentes grupos sociais. Fernandes, Brito e Peroni (2012) ressaltam que a política de valorização docente depende da efetivação de direitos previstos em lei, como planos de carreira e financiamento adequado, o que nem sempre ocorre na prática.

9

A influência de organismos internacionais, como o Programa para Reforma Educacional na América Latina e Caribe (PREAL) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), também emerge como um resultado relevante desta revisão. As propostas de valorização baseadas em meritocracia, avaliação de desempenho e pagamento por competências tendem a redefinir a carreira docente segundo parâmetros de eficiência e produtividade, o que pode aprofundar desigualdades e fragilizar ainda mais o trabalho pedagógico (MORDUCHOWICZ, 2003; SOUZA; OLIVEIRA, 2010).

Por outro lado, os resultados indicam que os movimentos sociais e as organizações docentes desempenham papel fundamental na resistência às políticas que ampliam deveres e reduzem direitos. Conforme Souza e Oliveira (2010), a luta dos trabalhadores da educação tem sido decisiva para a manutenção e a conquista de direitos legais, ainda que sua efetivação ocorra de forma parcial e contraditória.

Diante desse conjunto de resultados, constata-se que a desvalorização do pedagogo na Educação Infantil é resultado de um processo histórico marcado pela fragilidade da formação,

pela ampliação das atribuições profissionais sem o devido reconhecimento, pela precarização das condições de trabalho e pela insuficiência das políticas públicas de valorização. Embora haja avanços legais e normativos, estes não se materializam plenamente no cotidiano escolar, perpetuando um cenário de desmotivação, sobrecarga e desigualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender que a desvalorização do pedagogo na Educação Infantil não é um fenômeno recente ou isolado, mas resultado de um processo histórico, social e político marcado por contradições, avanços pontuais e permanentes fragilidades. A partir da revisão bibliográfica realizada, evidenciou-se que, embora a educação e o magistério sejam constantemente reconhecidos em discursos oficiais como pilares do desenvolvimento social, tal reconhecimento não se concretiza de forma efetiva nas políticas públicas e nas condições reais de trabalho oferecidas aos pedagogos.

Os resultados demonstraram que a trajetória da formação docente no Brasil foi construída de maneira descontínua, com períodos de avanços legais e institucionais que, muitas vezes, não se traduziram em valorização profissional. Desde as primeiras iniciativas de organização da formação de professores, como as Escolas Normais, até a consolidação do curso de Pedagogia no ensino superior, observa-se a predominância de modelos formativos fragmentados, ora excessivamente conteudistas, ora tecnicistas, que contribuíram para a fragilização da identidade profissional do pedagogo. Essa fragilidade reflete-se, ainda hoje, na dificuldade de reconhecimento social e na desvalorização simbólica e material da profissão.

10

No que se refere às políticas educacionais, constatou-se que os marcos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia, representaram importantes conquistas ao definir o caráter docente da formação e ampliar o campo de atuação do pedagogo. No entanto, tais avanços não foram acompanhados por políticas efetivas de valorização, sobretudo no que diz respeito à remuneração, aos planos de carreira e às condições dignas de trabalho. A não efetivação de dispositivos legais, como o piso salarial nacional e a garantia de tempo para atividades extraclasse, reforça a distância entre o que está previsto na legislação e a realidade vivenciada pelos profissionais da Educação Infantil.

Outro aspecto relevante evidenciado neste estudo refere-se à intensificação e à complexificação do trabalho do pedagogo. A ampliação de suas atribuições — que englobam docência, gestão, coordenação pedagógica e produção de conhecimento — não foi acompanhada

por investimentos compatíveis, resultando em sobrecarga de trabalho, desgaste físico e emocional e perda de motivação profissional. Esse cenário impacta diretamente a qualidade do ensino ofertado, especialmente na Educação Infantil, etapa fundamental do processo educativo e, paradoxalmente, uma das mais desvalorizadas no interior da própria docência.

Além disso, a análise das influências externas sobre as políticas educacionais brasileiras revelou que as orientações de organismos internacionais, pautadas em princípios de meritocracia, avaliação de desempenho e produtividade, tendem a responsabilizar individualmente o professor pelos resultados educacionais, desconsiderando as condições estruturais em que o trabalho pedagógico se desenvolve. Tal lógica contribui para aprofundar a precarização da carreira docente e para enfraquecer a luta coletiva por direitos, deslocando o debate da valorização profissional para critérios de eficiência e competitividade.

Apesar desse contexto adverso, o estudo também evidenciou a importância dos movimentos sociais e das organizações docentes como agentes de resistência e de luta pela valorização do pedagogo. Ainda que os avanços conquistados sejam, muitas vezes, parciais e contraditórios, tais mobilizações têm sido fundamentais para a manutenção de direitos historicamente reivindicados e para o tensionamento das políticas públicas em favor de uma educação mais justa e democrática.

11

Diante disso, conclui-se que a superação da desvalorização do pedagogo na Educação Infantil exige mais do que reformas curriculares ou alterações normativas isoladas. Torna-se imprescindível a construção de políticas públicas comprometidas com a valorização efetiva desses profissionais, assegurando formação de qualidade, salários dignos, planos de carreira estruturados e condições adequadas de trabalho. Investir no pedagogo significa investir na qualidade da educação básica e no desenvolvimento integral das crianças, reconhecendo o papel central desse profissional na construção de uma sociedade mais justa, crítica e igualitária.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar o debate sobre a desvalorização do pedagogo, fomentando reflexões e novas pesquisas que aprofundem a compreensão dessa problemática e subsidiem ações concretas em defesa da valorização docente, especialmente no contexto da Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

BARBOSA A. Salários docentes, financiamento e qualidade da educação no Brasil. *Educação & Realidade*, 2014; 39(2): 511-532.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, licenciatura. Brasília: CNE, 2006.

FERNANDES MDE, BRITO SHA, PERONI VMV. Sistema e Plano Nacional de Educação: notas sobre conceituação, relação público-privado e financiamento. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 2012; 93(235): 565-578.

FRIGOTTO G. Política e gestão educacional na contemporaneidade. In: FERREIRA EB, OLIVEIRA DA, organizadores. *Crise da escola e políticas educativas*. Belo Horizonte: Autêntica; 2009.

FURLAN CM. História do curso de Pedagogia no Brasil: 1939-2005. Londrina: Universidade Estadual de Londrina; 2013.

HARVEY D. *Para entender o Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo; 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE; 2015.

LIBÂNEO JC. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 12. ed. São Paulo: Cortez; 2010.

LUCYK VPK, GRAUPMANN EH. Breve discussão sobre a desvalorização do trabalho docente. In: Congresso Nacional de Educação; 2015; Curitiba. Anais. Curitiba: PUCPR; 2015. p. 25743-25758.

12

MARTINS LM. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados; 2013.

MORDUCHOWICZ A. Carreira, incentivos e estruturas salariais docentes. Série PREAL/Brasil Debates. Tradução de Paulo M. Garchet. 2003.

OLIVEIRA DA. Política educacional e a reestruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. *Educação & Sociedade*, 2007; 28(99): 355-375.

SAVIANI D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, 2009; 14(40): 143-155.

SILVA EVM. A formação do pedagogo: um estudo exploratório de três cursos de Pedagogia à luz das diretrizes curriculares nacionais. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UDESC; 2004.

SOUZA LAA. Desvalorização social da profissão docente no cotidiano da escola pública no discurso do professor. In: Congresso Nacional de Educação – Educere; 2011; Curitiba. Anais. Curitiba: PUCPR; 2011. p. 4812-4823.

SOUZA AR, OLIVEIRA DA. Apresentação. *Educar em Revista*, 2010; n. esp. 1: 9-16.